CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSOS CEE N°s 1869/79, 1877/79, 1867/79, 1873/79, 1871/79

INTERESSADOS : LUIZ CÉLIO ALVES JÚNIOR RACHEL NOGUEIRA DE
CARVALHO, ALEXANDRE MARCOMINI VIEIRA, FÁTIMA
REGINA AUGUSTO CARDOSO E ANDRÉ LUÍS KATSUHIRO

ASSUNTO : Matrícula sem idade legal na 2ª série do 1º
Grau

RELATOR : Cons. Roberto Moreira

PARECER CEE N° 262 /80 CEPG Aprov. em 27 / 02 /80

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO:

Os pais de LUIZ CÉLIO ALVES JÚNIOR (nascido aos 04 de janeiro de 1973), RACHEL NOGUEIRA/ ^{DE CARVALHO} (nascida a 21 de fevereiro de 1973), ALEXANDRE MARCOMINI VIEIRA (nascido a 05 de abril de 1973), FÁTIMA REGINA AUGUSTO CARDOSO (nascida aos 28 de maio de 1973) e ANDRÉ LUÍS KATSUHIRO PEREIRA OMI (nascido aos 13 de julho de 1973) dirigiram-se a este Conselho para solicitar autorização de matrícula de seus filhos na 2ª série do 1º Grau, sem cursar a 1ª, tendo em vista o bom aproveitamento escolar de seus filhos no III nível do Jardim.

Às fls. 04 dos citados processos encontramos atestados expedidos pela Escola de Educação Infantil "Meu Pequeno Mundo", desta Capital, com os seguintes dizeres: "Atesto, para es devidos fins, que o aluno....., matriculado no III Nível do Jardim deste estabelecimento de ensino, tem apresentado ótimas médias nas avaliações feitas na área de: Língua Portuguesa, Matemática, Integração Social, Ciências e Saúde, estando assim capacitado a cursar a 2ª série do 1º grau."

Encontramos também nos processos atestados expedidos pela Psicóloga CEP. 1929, nos seguintes termos:

"Atesto, para os devidos fins, que o aluno.... foi submetido a uma avaliação psicológica (nível intelectual, emocional e psicomotor), após a qual foi constatado estar apto a ingressar na 2ª série do nível I."

(fl.2.)

Os requerimentos são acompanhados de certidão de nascimento dos alunos e de exercícios de aproveitamento em diferentes conteúdos curriculares.

2. APRECIÇÃO:

A Lei 5692/71, em seu artigo 19, estabelece:

"Para o ingresso no ensino de 1º grau, deverá o aluno ter a idade mínima de sete anos.

§ 1º - As normas de cada sistema disporão sobre a possibilidade de ingresso no ensino de primeiro grau de alunos com menos de sete anos de idade.

§ 2º - Os sistemas de ensino velarão para que as crianças de idade inferior a sete anos recebam conveniente educação em escolas maternas, jardins da infância e intituições equivalentes".

Seguindo a orientação de citado parágrafo 1º, este Conselho estabeleceu em sua Deliberação CEE nº 22/77:

Artigo 1º - Os estabelecimentos que mantenham ensino de 1º grau deverão dar preferência de matrícula dos alunos que tiveram sete anos completos ou a completar o dia marcado para o início do ano letivo.

Parágrafo Único - No caso de existência de vagas, poderão ser matriculados alunos que venham a completar sete anos até o dia 31 de dezembro do ano a que se refere a matrícula.

Artigo 2º - Excepcionalmente, poderão ser matriculados alunos sem a idade fixada no artigo 1º, desde que os interessados tenham recebido autorização do Conselho Estadual de Educação mediante requerimento, acompanhada de apreciação favorável assinada por especialista ou educador de comprovada competência.

Considerando a situação destes alunos, verificamos que LUIZ CÉLIO ALVES JÚNIOR (nascido a 04/01/73) e RACHEL NO-
de Carvalho
GUEIRA / (nascida a 21/02/73) completam 7 anos até o início do ano letivo; por sua vez ALEXANDRE MARCOMINI VIEIRA (nascido a 05/04/73), FÁTIMA REGINA AUGUSTO CARDOSO (nascida a 28/05/73) e ANDRÉ

(fl.3.)

LUÍS KATSUHIRO PEREIRA OMI (nascido a 13/07/73) somente completará sete anos no correr do ano letivo de 1980. Assim, neste ano letivo, todos estarão com sete anos de idade, mas já estarão frequentando a 2ª série do 1º grau, se atendida a presente solicitação dos pais.

Contudo, devemos registrar, estes alunos não poderiam se valer do disposto no artigo 1º e seu parágrafo único da Deliberação CEE nº 22/77, pois é evidente que a letra e o espírito destes dispositivos se referem à matrícula na 1ª série e não em outra mais adiantada. Assim, a matrícula possível de alunos que venham a completar sete anos até 31 de dezembro se refere à 1ª série e não a outra. por esta razão, nos limites dos dispositivos normativos, entendemos que a matrícula na 2ª série seria irregular.

Dessa forma, podemos verificar que o estabelecimento de ensino em cauda antecipou o processo de escolarização, iniciando a alfabetização com crianças que tinham completado apenas 5 anos de idade. Esta é uma situação de escolarização que deveria ser verificada com maior atenção pela Supervisão de Ensino da Secretaria de Estado de Educação, pois não nos parece que deva continuar acontecendo como situação normal.

Apesar dos termos dos atestados fornecidos pela Escola e pela Psicóloga, a Supervisão de Ensino deve ficar vigilante para avaliar o mérito desta antecipação de escolarização e verificar se estes são apenas alguns casos isolados ou se continuam a ocorrer no presente ano letivo. Da mesma forma, caberá aos Senhores Pais observar atentamente a evolução escolar de seus filhos, nesta situação atípica de escolarização.

Apesar das precauções, seria com toda certeza inviável que estes alunos retomassem os seus estudos iniciais da 1ª série do 1º grau; por essa razão, admitimos a possibilidade de suas matrículas na 2ª série do 1º Grau.

II - CONCLUSÃO

Face ao exposto, nos termos deste parecer, em caráter excepcional, voto no sentido de que a Escola recipiendária das matrículas de LUIZ CÉLIO ALVES JÚNIOR, ALEXANDRE MARCOMINI VIEIRA, FÁTIMA REGINA AUGUSTO CARDOSO e ANDRÉ LUÍS KATSUHIRO PEREIRA OMI proceda às suas avaliações escolares ao nível de conclusão da 1ª série do 1º Grau. Se julgados em condições, ficam autorizadas as suas matrículas na 2ª série do 1º Grau.

A Secretaria de Estado da Educação deverá verificar junto à Escola de Educação Infantil "Meu Pequeno Mundo", situada à Rua André Luiz nº 105 - C, Vila Nossa Senhora das Mercês, nesta Capital, as condições em que estão ocorrendo as antecipações do processo de escolarização do 1º Grau registrado neste parecer.

São Paulo, 13 de fevereiro de 1980

a) Cons. Roberto Moreira

Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os Nobres Conselheiros: Geraldo Rapacci Scabello, Gerson Munhoz dos Santos, Jair de Moraes Neves, João Baptista Salles da Silva, Emanuel Soares V. Garcia, Honorato De Lucca e Roberto Moreira.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 13 de fevereiro de 1980.

a) Cons. JAIR DE MORAES NEVES

Relator